

**DA ABORDAGEM CLÁSSICA DA DIPLOMÁTICA A MODERNA TIPOLOGIA:
A TRAJETÓRIA DE UM REFERENCIAL METODOLÓGICO PARA
A IDENTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO¹**

Ana Célia Rodrigues

Professora Assistente RDIDP

Curso de Arquivologia da UNESP-Marília

anyrodrigues@yahoo.com.br

Nos anos 80, inicia-se no âmbito da arquivística nacional e internacional, um movimento de buscas de metodologias para solucionar o problema da acumulação irregular de documentos, que se contrapunham ao emergente desafio de implementar os programas de gestão documental em países ibero-americanos. As tarefas de classificar e avaliar documentos, exigiam dos arquivistas soluções que respondessem às situações diagnosticadas, embora apontando especificidades das administrações produtoras, eram semelhantes entre arquivos.

Grupos de trabalhos se formam e a necessidade de identificar (arquivos, órgãos produtores, documentos e arquivos), como premissa para o desenvolvimento das práticas de organização, descrição e de avaliação para eliminação, se torna objeto de reflexão, contribuindo para o desenvolvimento teórico da arquivística no campo das pesquisas científicas sobre metodologias.

É um momento de buscas pela cientificidade da área, que reflete a preocupação com a formulação de metodologias aplicáveis a qualquer sistema arquivístico, o que passa a ser o foco de atenção dos debates teóricos.

Neste período, assistimos a uma revisão da diplomática, cujas bases teórico-metodológicas passaram a serem utilizadas para a compreensão dos documentos

¹ Este trabalho é um extrato da pesquisa intitulada *Diplomática contemporânea como base para a construção de metodologias em arquivística: a Identificação como função*, projeto de doutorado em desenvolvimento junto ao Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Heloísa Liberalli Bellotto.

contemporâneos, aplicadas aos programas de gestão de documentos e de tratamento de fundos acumulados em arquivos.

A diplomática revisitada pela arquivística, encontra na função da identificação uma nova possibilidade de debates, justificando uma extensa produção científica sobre os aspectos que as relacionam.

Luciana Duranti introduz no Canadá e Estados Unidos, esta nova abordagem do uso da diplomática. Contratada pela Universidade da Columbia Britânica, em Vancouver no Canadá, para ensinar diplomática, escreve alguns artigos os alunos, entre 1982 a 1992, que apareceram em seis edições da *Archivaria*², pois não havia material teórico disponível para as aulas. “O principal propósito desses artigos era estender os conceitos e métodos diplomáticos para fazê-los relevantes e aplicáveis aos documentos contemporâneos de qualquer tipo e em qualquer meio (mídia)”.

Os princípios, conceitos e método da Diplomática são universalmente válidos e podem oferecer sistematização e objetividade ao estudo arquivístico das formas documentais. Isto é da mais alta qualidade científica (...) É apropriado para os arquivistas extraírem diretamente da ciência diplomática original aqueles elementos e idéias que podem ser usados para seu trabalho e desenvolvidos para que sejam aplicados às necessidades contemporâneas. (DURANTI, 1995, p.3)

O conhecimento teórico divulgado por Luciana Duranti, como resultados de pesquisas científicas, cujo escopo era entender o conceito e o método da diplomática e suas interações com os princípios e conceitos arquivísticos, a tornou um marco referencial na área, no contexto da arquivística internacional.

A arquivística da Espanha e do Brasil, nosso objeto de estudo, recebeu a influência desta nova corrente teórica que se formava, disseminando entre os arquivistas um novo conceito de documento, cujos parâmetros conceituais forneceram aos profissionais a possibilidade de desenvolvimento de práticas normalizadas de planejamento da produção, avaliação, classificação e descrição dos documentos de arquivo.

² Posteriormente, foram editados em sua obra “Diplomática contemporânea, novos usos para uma ciência antiga”, publicada em 2005.

Surge na literatura o termo *identificação*, que tem origem nestas experiências metodológicas, cuja utilização do termo e construção do conceito, vai refletir as especificidades da tradição arquivística construída nos países envolvidos.

Na Espanha, o conceito se refere à primeira fase da metodologia arquivística, de tipo intelectual, que antecede e sustenta as demais funções (produção, avaliação, classificação e descrição), cujo objeto é o estudo do órgão produtor e dos documentos gerados no exercício de suas atividades. No Brasil, o conceito remete também ao controle físico dos arquivos, propondo a coleta de dados e registro de informações sobre a situação de acumulação dos documentos.

Uma primeira reflexão sobre o tema indica que a identificação como função, se desenvolve em níveis: órgão produtor, documentos e arquivos. Poderíamos qualificá-la como o momento arquivístico onde são realizados os estudos de diplomática e tipologia documental.

Nesta perspectiva, a etapa da identificação de tipologias documentais encontra na abordagem da diplomática contemporânea, seus fundamentos teóricos e metodológicos, demonstrando a efetiva contribuição desta disciplina para arquivística.

No âmbito da produção científica da arquivologia, os artigos de temática “diplomática” revelam uma profunda reflexão sobre sua abordagem teórica e pertinência na aplicabilidade prática do método proposto no âmbito dos arquivos.

Surgem os estudos básicos para o engrandecimento diplomática atual, também chamada de tipologia documental, da autoria de Nuñez Contreras, Romero Tallafigo, Antonia Heredia Herrera, Vicenta Cortés Alonso, Grupo de Trabajo de Archiveros Municipales de Madrid, na Espanha e das italianas Paola Carucci e Luciana Duranti, a primeira em Roma e a segunda no Canadá, em Vancouver. (BELLOTTO, 2001)

Este conjunto de profissionais, professores e teóricos da área dos arquivos, é que conferiram à diplomática o sentido de modernidade que ela tem hoje, dentro da teoria arquivística, não importa se a denominem ainda diplomática simplesmente, ou se diplomática moderna, diplomática especial, diplomática aplicada a arquivística ou tipologia documental. (BELLOTTO, 2001)

Relativamente à evolução da diplomática, e como já tivemos oportunidade de abordar anteriormente (RODRIGUES, 2003, p. 45-46), a tipologia documental, também chamada por alguns teóricos de diplomática contemporânea, é uma área nova, produto de uma revisão do desenvolvimento e da atualização dos princípios formulados pela diplomática clássica.

Sua utilização foi recomendada durante a II Conferência Européia de Arquivos, realizada em 1989: “que o desenvolvimento de uma moderna diplomática seja promovido através da pesquisa sobre a tipologia de documentos e sobre procedimentos de criação de documentos das instituições contemporâneas” (MacNeil, apud RONDINELLI, 2002, p. 45).

Os documentos diplomáticos, objeto da diplomática, se a disciplina for tomada de forma ortodoxa, são os de natureza jurídica que, refletem no ato escrito às relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos, cujos elementos semânticos são submetidos a fórmulas preestabelecidas. (BELLOTTO, 2001). No sentido moderno da diplomática, os documentos são analisados na direção de seu contexto de produção, nas relações entre as competências / funções / atividades do órgão produtor e neste sentido, apresentam suas profundas relações com a arquivística.

Foi a partir dos anos 50 do século XX, com o apoio dos consagrados arquivistas e teóricos da arquivística inglesa e italiana, respectivamente, Hilary Jenkinson e Giorgio Cencetti, que a moderna diplomática veio a encontrar seu pouso enriquecedor na arquivística. (IDEM, 2001)

A diplomática, seu objeto e método

“A diplomática é uma disciplina e ciência e as ciências controlam as disciplinas. A diplomática se sustenta em um conhecimento autônomo e auto-referencial que faz referencia a si mesmo, o tempo todo”, afirma DURANTI (2005). Disciplina, porque possui um corpo de princípios teóricos e regras que disciplinam a pesquisa e uma metodologia que regula os estudos. É ciência, porque este corpo se baseia em uma metodologia e prática que se articulam e funcionam de maneira integrada.

A diplomática é uma metodologia analítica que categoriza tudo para estudar. Ela parte tudo, o mundo, as palavras, assim como os documentos, em elementos internos e externos. A primeira coisa que a diplomática reparte é o formulário escrito. O método diplomático é aplicável na verificação de qualquer coisa que seja um documento. (DURANTI, 2005).

Por metodologia, se compreendem os procedimentos usados para análise e desenvolvimento da prática, a aplicação dos mesmos procedimentos em situações reais. O resultado da aplicabilidade da metodologia diplomática a situações concretas de análise documental, tem como resultado a diplomática especial, que são os estudos de casos.

A diplomática geral é um corpo de conceitos, cuja aplicabilidade a casos individuais “constitui a função da crítica diplomática”, isto é a diplomática especial.

A diplomática especial é um ramo da diplomática, uma disciplina em que “os princípios teóricos formulados e analisados pela diplomática se individualizam, desenvolvem-se e classificam-se para serem aplicados a documentos singulares, concretos, reais, existentes e facilmente exemplificáveis, mais do que a documentação geral, abstrata e atípica”. (DURANTI, 1995, p. 06)

A diplomática, como ciência, existe pelo fato de atestar, através do seu método de análise, a autenticidade dos documentos arquivísticos. Autenticidade atribuída a vários ambientes e a características diversas que apresenta o documento. Num primeiro momento, se baseava no local onde eles eram preservados: se a entidade tivesse certos atributos, o documento ali conservado era considerado autêntico. Isto ocorre até o século VI, quando então a confiabilidade passou a ser verificada em função de regras de existência dos procedimentos. O foco de análise passa do local onde eram preservados, para a entidade e suas características: se um documento possuísse certos elementos, ele era considerado verdadeiro.

Nos tempos modernos, não se pode assumir tal postura. Na época medieval, a criação do documento era confiada a uma chancelaria (notário) que seguia procedimentos específicos para sua formatação e hoje, muitos documentos são produzidos pela iniciativa privada e não apenas criados por notários, o que inviabiliza a antiga regra válida para atribuir-lhe confiabilidade.

Historicamente, a definição de diplomática, esteve intimamente ligada ao conceito de documento que caracteriza seu objeto de estudo. Entendido como peça singular ou

integrante de um conjunto, esta concepção vai ser distintiva para explicar as correntes teóricas que se formaram em nível internacional e como vai ocorrer sua (re) aproximação com a arquivística.

Diplomática: um breve histórico do seu objeto e método

A diplomática surgiu ligada ao direito patrimonial, para atestar a autenticidade de títulos de terras da igreja, “com a meta final de averiguar a realidade dos direitos ou a veracidade dos fatos neles representados.” (DURANTI, 1995, p.22)

Na Roma antiga, a autenticidade não era uma característica inerente ao documento arquivístico. A fragilidade do suporte, pelo fato de serem produzidos em tábuas de cera, permitia que o conteúdo do documento pudesse ser manipulado, determinando que a responsabilidade da custódia, ou seja, onde e como eles eram conservados, fosse utilizado como critério de garantia da sua autenticidade.

A partir do século VI, os abusos cometidos na elaboração das cópias, começaram a preocupar os legisladores. Durante o governo de Justiniano, são estabelecidas as regras de como o documento teria que ser para ser considerado autêntico. Entretanto, a legislação romana passa a valer para os documentos contemporâneos, ficando sem resolução para os documentos antigos. (DURANTI, 2005).

Na Alta Idade Média, durante o pontificado de Inocêncio III (1198-1216) regulamentou-se a redação e transcrição dos documentos emanados da chancelaria do Papa. “As disposições dadas pelo pontífice para a sua chancelaria e a aplicação estrita das mesmas formas, fazem com que ele possa ser considerado *o iniciador da crítica diplomática*”. (GALENDE DÍAZ y GARCIA RUIPÉREZ, 2003, p.10) (grifo nosso)

Jean Mabillon, em seu *De Re Diplomatica Libri VI*, publicado em 1681, é quem efetua a primeira sistematização rigorosa de conhecimentos sobre os documentos de arquivo. A metodologia usada foi examinar individualmente cerca de duzentos documentos diferentes, várias épocas e os comparou. Verificou o que tinham em comum e qual era o procedimento do ambiente onde eles se encontrava. Os resultados obtidos neste estudo passaram a se configurar, como os pressupostos teóricos da disciplina. Embora o estudo diplomático que desenvolve, tenha se centrado em documentos individuais, ele escreveu

também, posteriormente, “sobre acumulações de documentos: suas características, sua gênese e a maneira como deveriam ser tratados. Deste modo, estendeu seus fundamentos teóricos aos arquivos, entendendo este termo como o conjunto orgânico de documentos e suas relações”. (DURANTI,1995, p.6)

Na metade do século XVIII, entre 1750 e 1765, Rene Prosper Tassin e Charles Toustain, escrevem um novo tratado de Diplomática, publicado em Paris, em seis volumes, intitulados “Nouveau Traité de Diplomatique”. Estes dois monges beneditinos reuniram documentos de toda a Europa e compararam, chegando a conclusão de que a “mesma função e a mesma atividade gerava o mesmo documento em qualquer lugar. A estrutura e a forma estabelecida para lidar com os atos, sempre se repetia”. A obra foi traduzida para 6 idiomas, fato importante que demonstra que o “ensino do método diplomático não dependia das culturas”, observa Luciana DURANTI (2005)³.

No final do séc. XIX e até grande parte do séc. XX, quando se dá o surgimento da chamada “crise” da diplomática, não existia ainda unidade de critérios sobre o objeto de estudo da diplomática, divergindo as opiniões acerca de quais documentos deveriam ser estudados pelos diplomatas.

No período compreendido entre 1960 e 1970, surge uma nova corrente diplomata, formada por estudiosos que alargam o conceito de documento e as tradicionais fronteiras cronológicas, ampliando o campo de estudo da diplomática, até então restrito aos documentos medievais. Surge a necessidade de aprofundar o estudo do conteúdo do documento e estabelecer um novo método.

A escola francesa representada pelos diplomatas da L’Ecole des Chartes, adota uma postura específica, atribuindo a causa desta crise a um empobrecimento, não a um esgotamento do campo documental.

BAUTIER (1962) na conferência de abertura do curso de diplomática da L’École de Chartes, em 1960, “propõe ampliar o objeto da diplomática a todas as peças do arquivo, sem distinção de língua, escrita, geografia ou tempo.” Para Georges TESSIER (1952, p.13-15) diplomática, “é o conhecimento racionado das regras de forma que se aplicam às atas

³ Nos projetos da UBC, o método utilizado por Luciana Duranti foi o mesmo. O escopo da pesquisa foi comparar e analisar os documentos eletrônicos produzidos em cinco continentes e chegaram a mesma conclusão, que “função e ação administrativa são verificáveis e independentemente da cultura, produzem documentos iguais”. (DURANTI, 2005)

escritas e aos documentos similares” e sua finalidade é “a descrição e explicação das formas do documento escrito”, o que supõe analisar não só a forma dos documentos, mas também a busca de uma explicação sobre as circunstâncias de sua produção.

Para Tessier e Bautier, a essência do documento está em sua condição de prova. “O termo *forma* passa a ser a palavra chave da diplomática, entendendo por ela não só os caracteres externos do documento, mas também sua disposição material e a ordenação interna do texto, o discurso diplomático”. (GALENDE DÍAZ y GARCIA RUIPÉREZ, 2003, p.14)

A escola italiana representada por Armando Petrucci (1963), se expressa a favor de um prosseguimento do tradicional, renovando a pesquisa, ao invés de assumir as direções indicadas por Bautier. Criticando a postura dos franceses, defende que a diplomática “deve permanecer essencialmente ciência do medieval”, já que é nesta época que o documento expressa além de uma relação jurídica e administrativa, as crenças religiosas, conceitos políticos, entre outros aspectos de uma sociedade que se revela nos documentos, diante de uma trama de formulas tradicionais, artifícios de retórica na linguagem e símbolos gráficos.

Em Moscou, em 1970, durante o congresso realizado pelo Comitê Internacional de Ciências Históricas, a Comissão Internacional de Diplomática⁴, define a diplomática, como a “ciência que estuda a tradição, a forma e a elaboração das atas escritas. Seu objetivo é fazer a crítica, julgar sobre sua autenticidade diplomática, realizar uma valorização da qualidade do texto, extrair das fórmulas todos os elementos interessantes susceptíveis de serem utilizados pelos historiadores, datá-los e em último, editá-los”, tendo por objeto, “todo documento, independente da época em que foi elaborado”. A diplomática passa a categoria de ciência autônoma, vinculada a outras disciplinas que atuam mutuamente como auxiliares. Esta concepção moderna no que se refere ao conceito, método e campo da diplomática, “é a que há assumido a escola espanhola de diplomatas deste século, entre os quais se destacam J. González, F. Arribaz, Nuñez Contreras (...), entre outros que integram uma ampla lista de docentes atuais das universidades espanholas”. (GALENDE DÍAZ y GARCIA RUIPÉREZ, 2003, p.16-17)

⁴ A origem desta comissão remonta à 1965, quando Sébanek propôs sua criação ao Comitê como resultado de reuniões realizadas em Viena, momentos antes, das quais participaram Bautier, Cencetti, Battelli, Tessier, Vercauteren, Heinemeyer, Fichtenau, além de Sébanek. Ver monografia de CÁRCEL ORTÍ, María Milagros. **La enseñanza de Paleografía y Diplomática, centros e cursos**. Valencia: Artes Gráficas Soler, 1996, p.133-134 apud GALENDE DÍAZ y GARCIA RUIPÉREZ, 2003, p.15

Próximo aos 80, começa a se formar uma nova geração de estudiosos de diplomática especial, que aplicando os princípios teóricos e metodológicos da disciplina aos documentos de arquivo, estabeleceram um profícuo diálogo entre as áreas, contribuindo para a construção teórica em arquivística, cujos estudos de natureza teórica que vem exercendo profunda influencia no fazer arquivístico internacional.

Nessas reflexões, o elemento inovador resultou no propósito de ampliar o objeto, o documento de natureza estritamente jurídica, e o âmbito de investigação sobre a idade medieval. A segunda inovação consistiu na extensão do âmbito de investigação também a épocas diferentes do período medieval e a outras civilizações, que não a européia.

Os pressupostos para uma diplomática mais ampla partiram da escola francesa, representada por Tessier e Bautier, afirma Luciana DURANTI (2005). Duas direções principais foram indicadas como inovações necessárias. A primeira consistiu em uma reformulação do conceito diplomático de documento, encontrado na doutrina tradicional dos manuais, enunciado como testemunho escrito, redigido segundo formas determinadas e relacionados com as ações ou fatos de natureza jurídica.

A diplomática francesa de Tessier, já clareava nos termos *acte instrumentaire*, a noção de um documento atestador, seja declaração de vontade jurídica ou simples fatos materiais, susceptíveis só de conseqüências jurídicas. Bautier identificou o objeto da diplomática com os *actes instrumentaires* compreendendo na noção de documento os *actes administratifs* e os *papiers administratifs*. “Ele estabelece uma identidade entre documento diplomático e documento de arquivo, e define o novo objeto da crítica diplomática todas as peças de arquivo”. (GHIGNOLI, 1991)

Tessier, alargando o conceito de documento, de forma a aplicar os conceitos da disciplina a qualquer documento que fosse prova de ação, abre novos horizontes nos estudos de diplomática.

A renovação desta matéria e sua aplicabilidade no campo da arquivística, esta representada pelas teorias formuladas na Itália por Paola Carucci e Luciana Duranti; na Espanha, por Vicenta Cortés Alonso e Antonia Heredia Herrera e no Brasil, por Heloisa Bellotto, para citar os autores que tem contribuído para a consolidação da tradição arquivística brasileira.

A diplomática (re)visitada por Luciana Duranti: relato de uma experiência⁵

Luciana Duranti é contratada pela UBC para ensinar diplomática. Como não possuía documentos antigos para planejar a disciplina, observou em suas pesquisas preliminares, que outros autores já tinham ensaiado a aplicabilidade do método em documentos recentes, como Tessier.

O método antigo só se aplicava a documentos qualificados como evidência do ato jurídico, eliminando do conjunto todos os documentos que levavam a um ato ou ação e aqueles que registravam uma atividade, como por exemplo, a correspondência. “A diplomática como sistema era rígida para contemplar documentos mais abertos, soltos. Era necessário olhar para a disciplina em si”, observa DURANTI (2005).

A primeira autora que faz isto é Paola Carucci, quem publica um livro sobre diplomática, analisando os documentos da administração pública italiana. Amplia o conceito de documento arquivístico, examina o procedimento administrativo de criação do documento e analisa o processo de produção do documento em sua relação com a administração.

Inova, olhando para o *dossier*, como produto do procedimento administrativo, cujo relacionamento com a administração é observado em vários documentos. Os documentos modernos podem levar a uma compreensão fragmentada da História, pois o fato está refletido em vários documentos e é necessário recuperar esta relação que existem entre eles, para que se possa verificar o fato representado. (DURANTI, 2005)

Luciana Duranti, começa a trabalhar com esta perspectiva. Entre 1982 a 1992, escreve alguns artigos para seus alunos, com o “principal propósito de estender os conceitos e métodos diplomáticos, a fim de fazê-los relevantes e aplicáveis aos documentos contemporâneos de qualquer tipo e em qualquer meio (mídia)”. O trabalho foi escrito com base em duas certezas: primeira, que a diplomática é uma ciência viva, não uma disciplina

⁵ As informações aqui registradas são anotações de aula, recolhidas pela autora durante o Curso “Diplomática Aplicada a Documentos Convencionais e Digitais”, ministrado por Luciana Duranti, promovido pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos e realizado no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, em 2005.

antiga, “capaz de renovar-se sem comprometer seus princípios fundamentais”; segundo, que os conceitos e princípios diplomáticos podem ser usados para desenvolver sistemas, para criar e manter documentos.” (DURANTI, s/d, p. 4)

Os conceitos sobre o que é documento arquivístico, vindos da diplomática clássica, foram usados para entender o que já existia. O caráter moderno de sua proposta foi utilizar as mesmas regras metodológicas para algo novo, aplicáveis de maneira retrospectiva.

Dois eixos teóricos orientaram a pesquisa: primeiro, definiram os componentes necessários para caracterizar um documento arquivístico, reunindo um conjunto de regras; segundo, analisaram todos os tipos de contextos que tinham influência sobre o documento de arquivo.

Construíram um modelo de análise, elencando todos os elementos que caracterizam um documento arquivístico e, a partir dele, passaram a observar onde estes componentes apareciam nos sistemas que estavam rodando. Um dos objetivos principais foi estabelecer exigências conceituais para avaliar a autenticidade dos documentos eletrônicos, cuja metodologia principal consistia em analisar os sistemas eletrônicos arquivísticos, a partir do modelo preconizado que permitia comparações entre as características dos sistemas.

O princípio teórico da metodologia diplomática clássica, que consiste em identificar elementos que permitam comparações, pode ser verificado no raciocínio da autora ao aplicar o método de observação no desenvolvimento de suas pesquisas. “Luciana diz, que sempre que se posiciona frente a algo novo, se pergunta: o que isto está tentando fazer? como era feito no passado? Efetua comparações e conclui.”

Portanto, o princípio metodológico que passou a fundamentar o projeto da UBC era, “comparar o que não é conhecido, com o que é conhecido”, o documento de arquivo. Documento este formatado a partir de um conjunto de regras, verificáveis através da análise crítica da diplomática, cujos componentes serviram de base para a elaboração de um modelo comparativo para a realidade tecnológica definida no escopo do projeto. (DURANTI, 2005)

A diplomática contemporânea ou tipologia documental

Paola CARUCCI, define a diplomática, como a “disciplina que estuda os documentos singulares ou, se preferir, a unidade arquivística elementar analisando seu aspecto formal com o fim de definir sua natureza jurídica com relação tanto à sua formação como ao seu efeito”.

Entretanto, a melhor definição é a que formulou Cencetti (apud DURANTI, 1995, p.21): “a diplomática é a disciplina que estuda a gênese, forma e transmissão de documentos arquivísticos e sua relação com os fatos representados neles e com seu criador, com o fim de identificar, avaliar e comunicar sua verdadeira natureza”.

Luciana DURANTI (1995, p.01), a qualifica como *diplomática arquivística*, disciplina que “estuda o que é, e o que vem a ser os documentos, a relação estabelecida com o seu produtor e os fatos neles representados”, conceituando-a como “estudo das formas e dos processos de formação dos documentos de arquivo”. Nesta perspectiva, tem por objeto de estudo “o documento escrito, quer dizer, a evidencia que é produzida sobre um suporte por meio de um instrumento de escritura ou de um aparelho que grava imagens, dados e/ou vozes”. Portanto, seu objeto não é qualquer documento escrito que se estuda, “mas somente o documento arquivístico, quer dizer, um documento criado ou recebido por uma pessoa física ou jurídica no curso de uma atividade prática”. (DURANTI, 1995, p.17-18)

No Brasil, os textos publicados por Heloísa Liberalli Bellotto, primeiramente em 1982 e, com novas abordagens, em 1990, são considerados como referencial teórico sobre tipologia documental. Também merece destaque o trabalho publicado em 2000, sob o título “Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística; reconhecendo e utilizando o documento de arquivo”, passaram a ser “considerados como referencial teórico sobre tipologia documental e os conceitos abordados pela autora, foram incorporados à literatura arquivística e à prática desenvolvida nos arquivos do país”. (RODRIGUES, 2005, p.22)

A concepção de diplomática e tipologia documental, apresentada por Heloísa Bellotto vem sendo utilizada por uma corrente de estudiosos no Brasil, para os quais a diplomática é a área que estuda a peça singular, portanto, a espécie documental, conceito proposto pela autora. Seu objeto são os “documentos escritos, legalmente válidos e

revestidos de determinadas formalidades; sendo prova jurídica ou administrativa de um ato, são objetos da diplomática.” (BELLOTTO (2004, p.46).

O documento arquivístico, considerado em seu conjunto, é o tipo documental, objeto da tipologia documental ou diplomática contemporânea, que por definição, “é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que ela representa”, cuja fixação estabelece a série documental, definida como “a seqüência de unidades de um mesmo tipo documental”. (DICIONÁRIO, 1996)

Para a arquivística brasileira, a diplomática e a tipologia documental são campos de estudos distintos, das quais decorrem métodos independentes de estudo dos elementos do documento.

Embora, os estudos sobre a aplicabilidade desta nova abordagem venham sendo recomendados nos congressos internacionais da área, desde os anos 80, ainda não são muitos os exemplos de pesquisas realizadas empregando a metodologia de identificação e definição de tipologias aplicadas ao universo dos arquivos.

Merecem destaque, em nível internacional, os trabalhos pioneiros do Grupo de Arquivistas Municipais de Madri, do Archivo General de la Nación da Colômbia (1996), ambos elaborados para a área dos municípios e o de Louise Gagnon-Arguin (1998), direcionado à área das empresas privadas.

Como produto dessa corrente ainda podemos ressaltar as pesquisas realizadas por alunos da pós-graduação, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, sob orientação das Profas. Dras. Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto, cujas dissertações e teses abordam as tipologias documentais de ordens religiosas, sindicatos, partidos políticos, cobrança de tributos no âmbito do Governo Provincial de São Paulo, entre outros.

Ainda convém salientar o fato de que a pesquisa em diplomática tem permeado as preocupações do Departamento de Ciências da Informação, ao qual estou vinculada como professora e coordenadora do Curso de Arquivologia, e das produções do Programa de Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação da UNESP. Nesse contexto, cabe ressaltar as pesquisas orientadas pelo Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães, cujo marco teórico de suas preocupações com a investigação na área de diplomática, pode ser atribuído ao artigo publicado sobre o título “O Caráter instrumental

da diplomática para o tratamento temático de documentos na área jurídica”, publicado em 1998.

Estas questões fundamentaram, particularmente, nossa atuação na área justificando a elaboração da dissertação de mestrado intitulada “Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivo: um manual para o município de Campo Belo (MG)”⁶.

Considerações finais

A necessidade da pesquisa sobre a gênese dos documentos, sobre o estudo dos seus caracteres internos e externos e de sua correta inserção no contexto de produção, como fundamento para tratá-lo tecnicamente, não é nenhuma novidade teórica e a literatura registra um século de discussões sobre o tema.

A pesquisa que vimos desenvolvendo, busca analisar a identificação no contexto da arquivística internacional, como função arquivística independente no tratamento documental, onde a identificação de tipologias documentais caracteriza-se como uma de suas fases. Nesta perspectiva, pretendemos verificando as influências teóricas vindas da diplomática, especialmente desta corrente representada hoje por Luciana Duranti, utilizando estes referenciais para compreender e sistematizar a função da identificação na perspectiva da tradição arquivística brasileira.

O aspecto relevante desta proposta reside no fato da identificação ser, atualmente, reconhecida como uma função autônoma para uma corrente de teóricos, que apresentam os objetivos e resultados, o método de análise e instrumentos próprios e preocupação quanto à normalização. Entretanto, esta concepção não é aceita de forma consensual na área, merecendo esta reflexão quanto à utilização do termo e abrangência do conceito proposto nas tradições arquivísticas dos países que a formularam, entre os quais estão Brasil e Espanha, e dos autores que os referenciam em suas obras.

⁶ defendida em 2003, junto à Universidade de São Paulo, sob orientação da Profa. Dra. Heloisa Liberalli Bellotto e disponível em <teses.usp.br>, cujo extrato foi publicado como artigo: RODRIGUES, Ana Célia. Tipologia documental como parâmetro de classificação e avaliação em arquivos municipais. **Cadernos de Estudos Municipais**. Universidade do Minho (Portugal):, v.17/18, n.jun a dez, 2005.

Hoje, o debate em torno da normalização da identificação de tipologias, ocupa um importante espaço na literatura arquivística, sobretudo da Espanha e isto pode ser verificado nos artigos publicados em revistas eletrônicas e nas páginas web dos arquivos. Concordam os autores, que existe uma necessidade de normalizar os estudos de tipologia documental, pois assim serviriam como instrumento para realizar os estudos comparativos que permitem estabelecer as séries documentais.

Apenas para exemplificar o avanço nas discussões teóricas sobre o assunto da identificação, que permeia as preocupações dos teóricos espanhóis, o tema da identificação de tipos documentais foi amplamente debatido entre 1997 e 2001, durante reuniões realizadas pelo grupo de arquivistas que integram a Mesa de Trabalho de Arquivos da Administração Local, criado por iniciativa de Antonia Herrera Heredia, durante o Congresso de ANABAD, realizado em A Coruña (Espanha), em 1988⁷.

Em 1998, durante as IV Jornadas de Archivos Universitarios da Espanha foi criado um grupo de trabalho, com o objetivo de estudar as séries documentais produzidas nas universidades, a fim de chegar a propostas normalizadas de identificação e valoração para os arquivos universitários do país⁸.

Aparece no Programa de Máster em Archivística (2005-2006), da Universidad Carlos III de Madrid, configurando-se como uma disciplina oferecida no conjunto do módulo de gestão de documentos, associada à avaliação, denominada “Identificación, ingreso y evaluación de documentos”⁹.

Com as novas tecnologias, o arquivista deve propor uma normalização à priori, fundamentada na gênese diplomática e tipológica, unificando as tipologias produzidas, principalmente, em meio eletrônico. A normalização dos formatos e de seu conteúdo,

⁷ Os documentos das reuniões realizadas no período referido encontra-se disponível no site <http://www.ssreyes.org/archivo/mesa/>, acesso em 28 de junho de 2006.

⁸ Os resultados do projeto desenvolvido pelo “Grupo de Trabajo de Identificación y Valoración de Series Administrativas de Archivos de Universidades”, integrado por 10 arquivistas de universidades espanholas, públicas e privadas, foram publicados na obra TIPOLOGÍA documental de universidades: propuestas de identificación y valoración. Coordenação de Pilar Gil García. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2002. (Biblos, 7).

⁹ Ver: <http://www.uc3m.es/uc3m/gral/TC/ESMA/ESMA20/programa.html>, acesso em 28 de junho de 2006.

proposto a partir dos estudos de tipologia documental, contribui para estreitar a colaboração e os vínculos profissionais entre arquivistas, informáticos e administradores.

A reflexão e sistematização da identificação como função arquivística, vem suprir uma lacuna qualitativa e instrumental para a uniformização de procedimentos metodológicos dos quais dispõem o arquivista para o tratar os documentos ao longo do seu ciclo vital.

A inserção desta nova perspectiva da diplomática no campo da arquivística, denominada tipologia documental, possibilitou a implementação de um processo de normalização de parâmetros metodológicos para compreender e tratar o documento de arquivo, tema que ocupa hoje um considerável espaço de reflexão na literatura internacional. Entretanto, no Brasil o assunto não foi suficientemente discutido e esta questão permanece inédita no campo do debate teórico e metodológico.

Referências

- ANOTAÇÕES de aula. Curso “Diplomática aplicada a documentos convencionais e digitais”, ministrado por Luciana Duranti. Rio de Janeiro, Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos / Conselho Nacional de Arquivos / Arquivo Nacional, 2005.
- BAUTIER, Robert Henry. Leçon d’ouverture du cours de diplomatique à l’École des Chartes. **Bibliothèque de l’École des Chartes**, n.CXIX, p.194-225, 1962. Disponível em <http://dohc.unipv.it/scrineum/biblioteca/bautier.html>, acesso em 01 set. 2005.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Identificação diplomática dos documentos. In: **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T.A.Queiroz, 1991.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística; reconhecendo e utilizando o documento de arquivo**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo / Arquivo do Estado, 2000. (Projeto Como Fazer)
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Diplomática e tipologia documental. In: **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.45-63.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. O espaço da diplomática no ensino da arquivologia. In: IV Congreso de Archivología del Mercosur. 2001. Disponível em <http://www.pmatozo.hostmidia.com.br> Acesso em: 26.06.2004.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Tipologia documental em arquivística. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, n. 195, p.9-17, 1982.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. **Arquivo de Rio Claro**, Rio Claro (SP), v.0, n.1, p.4-15, 1990.
- CARUCCI, Paola. **Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo**. Carmona: S&C, 1994.
- CARUCCI, Paola. Il documento contemporaneo in diplomatica. In: **Il documento contemporaneo: diplomática e criteri di edizione**. Roma: La nuova Italia Scientifica, 1987.
- DURANTI, Luciana. **Ciencia Archivista**. Córdoba (Argentina), s/ed, 1995. (digitado)

DURANTI, Luciana. **Diplomática usos nuevos para uma Antigua Ciência**. Trad.Manuel Vázquez. Córdoba- Argentina:[s/ed], 1995.

DURANTI, Luciana.**The Interaction of Research and Teaching: Speaking from the InterPARES Experience**. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por nataliabtoognoli@yahoo.com.br, em 26 nov.2005.

GALENDE DÍAZ, Juan Carlos Díaz y GARCIA RUIPÉREZ, Mariano. El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística. **Revista General de Información y Documentación**. Madrid, v. 13, n. 2, p. 07-35, 2003.

GHIGNOLI, Antonella. La definizione dei principi e le metodologie diplomatistiche: innovazioni ed eredità. **Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università di Siena**. v.12, 1991. Disponível em <http://dohc.unipv.it/scrineum/biblioteca/ghignoli.html> > Acesso em 01 set. 2005.

PETRUCCI, Armando. Diplomática veccia e nuova. *Studi Medievali*. v.4, n.2, 1963. Disponível em < <http://dohc.unipv.it/scrineum/biblioteca/petrucci.html>> Acesso em 01 set. 2005.

PRATESI, Alessandro. Diplomática in crisi? Miscelanea in memoria di Giorgio Cencetti. Torino, 1973. Disponível em < <http://dohc.unipv.it/scrineum/biblioteca/pratesi.html>> Acesso em 01 set. 2005.

RODRIGUES, Ana Célia. **Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivo**: um manual para o município de Campo Belo (MG). 2003. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, 2003. (extrato publicado sob o título Tipologia documental como parâmetro de classificação e avaliação em arquivos municipais. **Cadernos de Estudos Municipais**. Universidade do Minho (Portugal), v.17/18, n.jun a dez, 2005.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

TESSIER, G. **La diplomatique**. Paris, Presses Universitaires de France, 1952.